### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

A seguir estão as especificações das características gerais que cada sistema solicitado deve atender, bem como as especificações solicitadas por sistema, que deverão ser instalados na Fundação José Kezen.

**É obrigatório que os softwares propostos pela Licitante tenha no mínimo todos os itens solicitados neste Termo de Referência.**

**Características Gerais e Especificações de cada Sistema:**

# A– Características Gerais

|  |  |
| --- | --- |
| **Item** | **Descrição** |
|  | Aplicativo Multiusuário. |
|  | Ambiente Cliente-Servidor. |
|  | Funcionar em rede com servidores Windows 2003 Server ou superior,estações Windows XP ou superior e rodar sobre a plataforma de Banco de Dados MICROSOFT SQL SERVER 2008. |
|  | Ser desenvolvido em interface gráfica. |
|  | Prover efetivo controle de acesso ao aplicativo através do uso de senhas. |
|  | Prover controle de restrição de acesso às funções do aplicativo através do uso de senhas, disponibilizando recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer função, selecionada a critério do usuário. |
|  | Em telas de entrada de dados, permitir atribuir por usuário permissão exclusiva para Gravar, Consultar e/ou Excluir dados. |
|  | Registrar em arquivo de auditoria todas as tentativas bem sucedidas de login, bem como os respectivos logoffs, registrando data, hora e o usuário. |
|  | Manter histórico dos acessos por usuário por função, registrando a data, hora e o nome do usuário. |
|  | Manter log de auditoria das alterações efetuadas sobre os principais cadastros e tabelas. |
|  | Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam salvos em disco para posterior reimpressão, distribuição pela rede, inclusive permitindo selecionar a impressão de intervalos de páginas e o número de cópias a serem impressas, além de também permitir a seleção da impressora de rede desejada. |
|  | Permitir que os relatórios possam ser salvos em disco de forma criptografada, evitando que possam ser efetuadas alterações em seu conteúdo. |
|  | Permitir que os relatórios possam ser salvos em formato texto de forma que possam ser importados por outros aplicativos (p.ex. MS Excel). |
|  | Todos os sistemas deverão ser desenvolvidos pela mesma empresa, utilizando-se da mesma linguagem de programação,com a mesma padronização de telas e funções, com exceção dos serviços WEB. |
|  | Disponibilizar importação de relatórios/arquivos elaborados através do Office |
|  | Permitir a exportação das tabelas integrantes da base de dados do aplicativo em arquivos tipo texto. |
|  | Utilizar bancos de dados que permitam acesso padrão ODBC a partir de outros utilitários ou aplicativos como geradores de relatórios, geradores de gráficos, etc. |
|  | Possuir ajuda On-line sensível ao contexto. |
|  | A consistência dos dados entrados deve ser efetuada campo a campo, no momento em que são informados. |
|  | Toda atualização de dados deve ser realizada de forma on-line. |
|  | Garantir a integridade referencial entre as diversas tabelas dos aplicativos. |
|  | Possibilitar que os aplicativos sejam acessados por usuários remotos, utilizando a internet como meio de acesso. |
|  | Possibilitar a inclusão nos relatórios em que se faça necessário, de campo destinado à assinatura do responsável pela exatidão das informações, de forma parametrizada. |
|  | Permitir a integração entre o usuário do sistema e sua respectiva conta no domínio do Microsoft Windows, evitando que o usuário precise se identificar cada vez em que o sistema for acessado. |
|  | Permitir que os relatórios sejamgerados em formato PDF assinados digitalmente com certificados digitais. |
|  | Campos chaves de digitação tenha pesquisa de registros previamente gravados com opções de filtragem e ordenação. |
|  | Permitir identificação visual dos usuários do sistema através de imagens (foto). |
|  | Utilizar o gerenciador de banco de dados relacional Microsoft SQL Server 2005, Microsoft SQL Server 2008, Microsoft SQL Server 2008 R2 ou superior. |

|  |
| --- |
|  |

# Planejamento

|  |  |
| --- | --- |
| 1 | Possuir integração entre os módulos PPA, LDO e LOA, com cadastro único das peças de planejamento como Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa de Governo, Ação de Governo, Subação de Governo, Naturezas de Receita e Despesa, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte. |
| 2 | Permitir a gerência e a atualização da tabela de Classificação Econômica da Receita e Despesa, da tabela de componentes da Classificação Funcional Programática, Fonte de Recursos, Grupo de Fonte de Recursos, especificadas nos anexos da Lei 4320/64 e suas  atualizações. |
| 3 | Gerar a proposta orçamentária para o ano seguinte utilizando o orçamento do ano em execução e permitir a atualização do conteúdo e da estrutura da proposta gerada. |
| 4 | Permitir incluir informações oriundas das propostas orçamentárias dos órgãos da administração indireta para consolidação da proposta orçamentária do município, observando o disposto no artigo 50 inciso III da Lei Complementar 101/2000 (LRF). |
| 5 | Disponibilizar, ao início do exercício, o orçamento aprovado para a execução orçamentária.  Em caso de ao início do exercício não se ter o orçamento aprovado, disponibilizar dotações conforme dispuser a legislação municipal. |
| 6 | Permitir elaborar a LOA utilizando informações do PPA ou da LDO em vigência. |
| 7 | Manter cadastro das leis e decretos que aprovam, alteram ou incluem os itens na LOA. |
| 8 | Permitir a abertura de créditos adicionais, exigindo informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores ocorridas. |
| 9 | Permitir a atualização total ou seletiva da proposta orçamentária através da aplicação de percentuais ou índices. |
| 10 | Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao artigo 9  da Lei Complementar 101/2000 (LRF). |
| 11 | Possibilitar a Projeção das Receitas e das Despesas nas peças de planejamento. |
| 12 | Possuir cadastro das Transferências Financeiras contendo as Unidades Gestoras Concessoras e as Unidades Gestoras Recebedoras dos recursos financeiros além da finalidade das transferências. |
| 13 | Permitir a Programação das Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para o exercício a que refere-se à LOA. |
| 14 | Permitir que o Cadastro e a Programação das Transferências Financeiras sejam importados do PPA ou da LDO. |
| 15 | Permitir que a Programação das Transferências Financeiras seja realizada de forma automática pelo sistema através da inserção de percentuais mensais sobre o valor total da transferência prevista no ano. |
| 16 | Possuir mecanismo de estorno da Programação Inicial das Transferências Financeiras. |
| 17 | Possuir mecanismo que adicione ou reduza o valor da Programação Inicial das Transferências Financeiras. |
| 18 | Permitir que na aprovação do orçamento ocorra a contabilização da Previsão das Transferências Financeiras. |
| 19 | Permitir o controle do Cronograma Mensal de Desembolso e da Programação Financeira da Receita |
| 20 | Armazenar dados do orçamento e disponibilizar consulta global ou detalhada por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional. |
| 21 | Emitir relatório da proposta orçamentária municipal consolidada (administração direta e indireta) conforme exigido pela Lei 4320/64, Constituição Federal e pela Lei Complementar  101/2000 (LRF). |
| 22 | Emitir todos os anexos de orçamento, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, exigidos pela Lei 4320/64 e pela Lei Complementar 101/2000 (LRF). |
| 23 | Emitir relatório da proposta orçamentária consolidada (administração direta e indireta)  conforme exigido pela Lei Complementar 101/2000 (LRF). |
| 24 | Integrar-se totalmente às rotinas da execução orçamentária possibilitando o acompanhamento da evolução da execução do orçamento. |
| 25 | Emitir relatório da proposta orçamentária municipal Consolidada por Programa de  Governo, destacando Ações Governamentais por Programa de Governo. Listar para estas Ações Governamentais os seus respectivos valores, finalidade e metas físicas a serem alcançadas. |
| 26 | Emitir relatório com controle de percentuais sobre a proposta da LOA para cálculos da educação, saúde, pessoal, inativos e pensionistas do RPPS. |

# 1.2 - Contabilidade Pública

|  |  |
| --- | --- |
|  | Contabilizar as dotações orçamentárias e demais atos da execução orçamentária e financeira. |
|  | Permitir o controle de reserva das dotações orçamentárias possibilitando o seu complemento, anulação e baixa através da emissão do empenho. |
|  | Permitir a emissão de etiquetas de empenhos. |
|  | Permitir que os documentos da entidade(notas de empenho, liquidação, ordem de pagamento,etc) seja mimpressas de uma só vez através de uma fila de impressão. |
|  | Permitir a alteração das datas de vencimento dos empenhos visualizando a data atual e a nova data de vencimentos e manecessidade de efetuar o estorno das liquidações do empenho. |
|  | Contabilizar as dotações orçamentárias e demais atos da execução orçamentária e financeira. |
|  | Permitir o controle de reserva das dotações orçamentárias possibilitando o seu complemento, anulação e baixa através da emissão do empenho. |
|  | Permitir a emissão de etiquetas de empenhos. |
|  | Permitir que os documentos da entidade(notas de empenho, liquidação, ordem de pagamento,etc) seja mimpressas de uma só vez através de uma fila de impressão. |
|  | Permitir a alteração das datas de vencimento dos empenhos visualizando a data atual e a nova data de vencimentos e manecessidade de efetuar o estorno das liquidações do empenho. |
|  | Permitir a informação de retenções na liquidação do empenho. |
|  | Permitir a contabilização da apropriação das retenções na liquidação do empenho. |
|  | Permitir autilização de subempenhos para empenhos globais ou estimativos. |
|  | Permitir a configuração do formulário de empenho de forma acompatibilizar o formato da impressão como modelos da entidade. |
|  | Permitir controle de empenho referente a uma fonte de recurso. |
|  | Permitir controle dos recursos antecipados para os adiantamentos, subvenções, auxílios contribuições e convênios, devendo o sistema emitir empenhos para os repasses de recursos antecipados. |
|  | Permitir controlar os repasses de recursos antecipados, limitando o empenho a um determinado valor ou a uma quantidade limite de repasses,deforma  Para metrizável para os adiantamentos de viagens,adiantamentos para suprimentos de fundos e demais recursos antecipados. |
|  | Permitir controlar os repasses de recursos antecipados limitando o número de dias para a prestação de contas,podendo esta limitação ser de forma informativa ou restritiva. |
|  | Permitir bloquear um fornecedor/credor para não permitir o recebimento de recurso antecipado caso o mesmo tenha prestação de contas pendentes com a contabilidade. |
|  | Permitir incluir um percentual limite para o empenhamento no subelemento 96– Pagamento Antecipado, impedindo assim que empenhos de recursos antecipados sejam emitidos em valor superior ao definido pela entidade pública. |
|  | Emitir documento de prestação de contas no momento do pagamento de empenhos de recursos antecipados. |
|  | Emitir documento final(recibo de prestação de contas)no momento da prestação de contas do recurso antecipado. |
|  | Emitir relatório que contenhamos recursos antecipados concedidos,em atraso e pendentes,ordenando os mesmos por tipo de recursos antecipados, credor ou e data limite da prestação de contas. |
|  | Utilizar calendário de encerramento contábil para os diferentes meses, para a apuraçãoeapropriaçãodoresultado,nãopermitindolançamentosnosmesesjá encerrados. |
|  | Permitir que a estrutura (mascara dos níveis contábeis) do Plano de Contas utilizado pela entidade seja definida pelo usuário. |
|  | Possuir controle, por data, das alterações realizadas no Plano de Contas, obedecendo às movimentações já existentes para as mesmas. |
|  | Possuir cadastro do Plano de Contas com todos os atributos definidos pelo PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público). |
|  | Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas utilizado. |
|  | Disponibilizar rotina que permita a atualização do Plano de Contas, das Naturezas de Receita e Despesa, dos eventos e de seus roteiros contábeis de acordo com as atualizações do respectivo Tribunal de Contas. |
|  | Possuir mecanismos que garantam a integridade dos procedimentos, bem como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas pelo PCASP conforme definições realizadas na 5ª edição do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) da STN (Secretaria do Tesouro Nacional). |
|  | Assegurar que os lançamentos contábeis sejam realizados utilizando contas de uma mesma natureza da informação. |
|  | Assegurar que contas com indicador de superávit financeiro igual a “Patrimonial” sejam movimentadas utilizando como contrapartida:  Contas de Variação Patrimonial Aumentativa;  Contas de Variação Patrimonial Diminutiva;  Outra conta Patrimonial, para reclassificação;  Conta com indicador de superávit financeiro igual a “Financeiro”, exclusivamente quando houver a respectiva execução orçamentária (emissão de empenho). |
|  | Possuir cadastro de LCP (Lançamentos Contábeis Padronizados) nos moldes definidos pela 5ª edição do MCASP. |
|  | Possuir cadastro de CLP (Conjunto de Lançamentos Padronizados) nos moldes definidos pela 5ª edição do MCASP. |
|  | Possuir controle, por data, das alterações realizadas no cadastro de LCP e CPL, obedecendo as movimentações contábeis já existentes para os mesmos. |
|  | Assegurar que a contabilização de todos os fatos administrativos ocorra através do uso dos Lançamentos Contábeis Padronizados (LCP) e do Conjunto de Lançamentos Padronizados (CLP). |
|  | Possuir mecanismo que parametrize as regras contábeis de acordo com as necessidades de cada entidade possibilitando a parametrização das mesmas pelo próprio contador da instituição pública. |
|  | Possuir mecanismo que configure todas as regras contábeis de integração entre os sistemas estruturantes de Administração de Receitas e Administração de Suprimentos (Compras e Materiais, Licitações e Patrimônio). |
|  | Assegurar que a escrituração contábil dos fatos administrativos atenda a NBC T 16.5 – Registro Contábil – do Conselho Federal de Contabilidade. |
|  | Assegurar que toda a movimentação contábil seja identificada por um Identificador de Fato Contábil. |
|  | Assegurar que cada registro contábil seja identificado por um número de controle que identifique, de forma unívoca, os registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil, atendendo assim a NBC T 16.5, item 13, alínea “f”. |
|  | Possuir um cadastro de Retenções onde se defina a conta contábil da mesma, bem como se a mesma refere-se a uma retenção própria da entidade ou de terceiros. |
|  | Permitir que se defina quando determinada retenção efetuada deve ser recolhida, podendo esta data ser um dia domes subsequenteou uma quantidade de dias  Úteis ou corridos contados a partir da efetiva retenção. |
|  | Possuir mecanismo que defina se o momento pelo qual ocorrerá o fato gerador do recolhimento de uma retenção própria será na liquidação ou no pagamento do empenho. |
|  | Permitir a arrecadação da receita orçamentária de forma concomitante com o fato gerador do recolhimento de uma retenção de empenho, podendo esta ser realizada de forma rateada entre três receitas para os casos onde a receita possui destinação para os recursos da Saúde e da Educação. |
|  | Possuir controle, por data, das alterações realizadas no cadastro das retenções, obedecendo as movimentações já existentes para as mesmas. |
|  | Permitir cadastrar os precatórios da entidade,controlando toda a sua execução. |
|  | Permitir acompanhar a contabilização das retenções, desde a sua origem até o seu recolhimento, possibilitando ao usuário saber em qual documento e data foi recolhida qualquer retenção, permitindo assim a sua rastreabilidade. |
|  | Permitir, no momento da emissão do documento extra, informar os empenhos orçamentários que tiveram retenções e que originaram o documento extra. |
|  | Permitir o relacionamento dos empenhos de restos a pagar que estão vinculados à Educação,Saúde,Precatórios e identificar se os mesmos foram inscritos com ou sem disponibilidade financeira. |
|  | Permitir a alteração de complementos de históricos de registros contábeis já efetuados. |
|  | Permitir a alteração do documento de pagamento dos empenhos sem a necessidade de efetuar do pagamento. |
|  | Permitir a vinculação de documentos em formato “TXT,DOC,XLS,PDF”às notas de empenhos para posterior consulta. |
|  | Permitir restringir o acesso a unidades orçamentária se unidades gestoras para determinados usuários. |
|  | Possibilitar a contabilização automática dos registros provenientes dos sistemas de arrecadação,gestão de pessoal,patrimônio público, licitações e contratos. |
|  | Permitir contabilizar automaticamente os bens públicos de acordo com a inserção dos bens no sistema de patrimônio. |
|  | Permitir contabilizar automaticamente as depreciações dos bens de acordo com  Os métodos de depreciação definidos pelas NBCASP,utilizando vida útil e valor residual para cada um dos bens. |
|  | Permitir contabilizar automaticamente a reavaliação dos valores dos bens patrimoniais de acordo com o processo de reavaliação efetuado no sistema de patrimônio. |
|  | Permitir contabilizar automaticamente os gastos subseqüentes relativos aos bens patrimoniais. |
|  | Permitir a exportação,na base de dados da prefeitura, de dados cadastrais para as demais unidades gestoras descentralizadas do município. |
|  | Permitir a importação de dados cadastrais nas unidades gestoras descentralizadas do município a partir das informações geradas pela prefeitura. |
|  | Permitir a exportação do movimento contábil como bloqueio automático dos meses nas unidades gestoras descentralizadas do município para posterior importação na prefeitura,permitindo assim a consolidação das contas públicas do município. |
|  | Permitir a importação,na base de dados da prefeitura,do movimento contábil das unidades gestoras descentralizadas do município, permitindo assim a consolidação das contas públicas do município. |
|  | Permitir que ao final do exercício os empenhos que apresentarem saldo possam ser inscritos em restos a pagar, de acordo com a legislação,e que posteriormente possam ser liquidados, pagos ou cancelados no exercício seguinte. |
|  | Permitir iniciara execução orçamentária e financeira de um exercício,mesmo que não tenha ocorrido o fechamento contábil do exercício anterior,atualizando e mantendo a consistência dos dados entre os exercícios. |
|  | Possibilitar a transferência automática das conciliações bancárias do exercício para o exercício seguinte. |
|  | Possibilitar a transferência automática dos saldos de balanço do exercício para o exercício seguinte. |
|  | Possibilitar a reimplantação automática de saldos quando a implantação já tiver sido realizada de modo que os saldos já implantados sejam substituídos. |
|  | Emitir o Relatório de Gastos com a Educação,conforme Lei 9424/1996. |
|  | Emitir o Relatório de Gastos como FUNDEB,conforme Lei 9394/1996. |
|  | Emitir o Relatório de Liberação de Recursos, conformeLei9.452/1997. |
|  | Emitir relatório contendo os dados da Educação para preenchimento do SIOPE. |
|  | Emitir relatório contendo os dados da Saúde para preenchimento do SIOPS. |
|  | Emitir relatório de Apuração do PASEP com a opção de selecionar as receitas que compõe a base de cálculo,o percentual de contribuição e o valor apurado. |
|  | Emitir o Relatório de Arrecadação Municipal, conforme regras definidas no artigo 29-A da Constituição Federal de1988. |
|  | Emitir relatório Demonstrativo de Repasse de Recursos para a Educação, conforme Lei 9394/96(LDB),que demonstre as receitas que compõem a base de cálculo,o percentual de vinculação,o valor arrecadado no período e o valor do repasse. |
|  | Permitir a geração em formato “HTML”das informações relativas à prestação de contas de acordocomaLei9.755/98. |
|  | Emitir o Quadro dos Dados Contábeis Consolidados, conforme regras definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional. |
|  | Emitir todos os anexos de balanço, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta,autárquica e fundacional,exigidos pelaLeiNº4320/64e suas atualizações:   Anexo1–Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias  Econômicas;   Anexo2–Receita Segundo as Categorias Econômicas e Natureza da Despesa  Segundo as Categorias econômicas;   Anexo6–Programa deT rabalho;   Anexo7–Demonstrativo de Funções,Programas e Sub programas por  Projetos e Atividades(adequado ao disposto na portaria 42/99doMinistério do Orçamento e Gestão);   Anexo8–Demonstrativo da Despesa por Função,Programas e  Subprogramas,conforme o vínculo com os Recursos(adequado ao disposto na portaria42/99doMinistériodoOrçamentoeGestão);   Anexo9–Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções(adequado ao disposto na portaria42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão).   Anexo10 –Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;   Anexo11 –Comparativo da Despesa Autorizada coma Realizada;   Anexo12 –Balanço Orçamentário;   Anexo13 –Balanço Financeiro;   Anexo14 –Balanço Patrimonial;   Anexo15 –Demonstrativo das Variações Patrimoniais   Anexo16 –Demonstração da Dívida Fundada Interna;   Anexo17 –Demonstração da Dívida Flutuante. |

# 1.3- Prestação de Contas – SIGFIS (TCE/RJ)

|  |  |
| --- | --- |
|  | Emitir relatório da proposta orçamentária municipal consolidada (administração direta e indireta), conforme exigido pela Lei 4.320/64 e suas atualizações. |
|  | Emitir todos os anexos de orçamento, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, exigidos pela Lei Nº 4.320/64 e suas atualizações:   * Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; * Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas e Natureza da Despesa Segundo as Categorias econômicas; * Anexo 6 – Programa de Trabalho; * Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades (adequado ao disposto na portaria 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão); * Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Função, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os Recursos (adequado ao disposto na portaria 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão); * Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (adequado ao disposto na portaria 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão). |
|  | Emitir todos os relatórios da contabilidade previstos na Lei 4.320/64, atendendo ao inciso III do Artigo 50 da Lei Complementar 101/2000 (LRF).   * Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada; * Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada; * Anexo 12 – Balanço Orçamentário; * Anexo 13 – Balanço Financeiro; * Anexo 14 – Balanço Patrimonial * Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, ajustado também às exigências do Artigo 53, parágrafo 1, inciso III da Lei complementar 101/2000 (LRF). |
|  | Emitir relatórios conforme Resolução do Senado Federal 78/98 com a Síntese da Execução Orçamentária, compreendendo os Anexos 16 e 17 da Lei 4.320/64 e suas atualizações:   * Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna. * Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante. |
|  | Emitir relatório para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, com as seguintes informações:   * Receitas Municipais: SIOPS * Despesas Municipais: Saúde por Subfunção, Saúde por Categoria Econômica, Saneamento por Categoria e Resumo. |
|  | Emitir relatório e gerar arquivos para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, com as seguintes informações:   * Quadro Resumo das Despesas; * Quadro Consolidado de Despesas; * Demonstrativo da Função Educação. |
|  | Gerar arquivos para a Secretaria da Receita Previdenciária, conforme layout definido no Manual Normativo de Arquivos Digitais – MANAD. |
|  | Gerar arquivos para prestação de contas aos Tribunais de Contas. |
|  | Possuir integração com o sistema de contabilidade pública. |

# – Portal da Transparência

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Itens obrigatórios que o sistema de Contabilidade deve fornecer ao sistema de Informações em ‘tempo real’ na WEB, para que este permita ao cidadão visualizar as seguintes informações:** |
|  | Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas. |
|  | Possibilidade de mergulhar nas informações até chegar ao empenho que originou a despesa orçamentária. |
|  | Possibilidade de mergulhar nas informações até chegar aos credores com seus respectivos empenhos que originaram a despesa orçamentária. |
|  | Histórico de navegação e filtros utilizados em cada consulta. |
|  | Resumo explicativo em todas as consultas da Receita e da Despesa. Esta informação deve ser parametrizável, ficando a critério do administrador do sistema informar o conteúdo que achar necessário. |
|  | Movimentação diária das despesas, contendo o número do empenho, data de emissão, unidade gestora e credor, além do valor empenhado, em liquidação (esta informação deve ser parametrizável pelo administrador do sistema), liquidado, pago e anulado relacionado ao empenho. |
|  | Movimentação diária das despesas, com possibilidade de impressão dos empenhos orçamentários, extra-orçamentários e de restos a pagar. |
|  | Movimentação diária das despesas, com possibilidade de selecionar os registros por: período, unidade gestora, credor, documento do credor (CPF/CNJ), número do empenho e tipo do empenho (orçamentário, extra-orçamentário ou restos a pagar). |
|  | Dados cadastrais do empenho com as seguintes informações:   * Unidade gestora; * Data de emissão; * Funcional programática; * Fonte de recursos; * Credor, com seu respectivo documento;   Tipo, número, ano e data de homologação da licitação;   * Número do processo de compra; * Número do convênio; * Número do contrato; * Descrição da conta extra (para os empenhos extra-orçamentários) * Histórico do empenho;   Itens do empenho com as suas respectivas quantidades, unidade e valor unitário; |
|  | Dados de movimentação do empenho contendo os valores: empenhado, em liquidação (esta informação deve ser parametrizável pelo administrador do sistema), liquidado, pago e anulado. |
|  | Filtros para selecionar o exercício, mês inicial e final, e Unidade Gestora. |
|  | Movimentação das Despesas e Receitas de uma determinada unidade gestora ou de todas de forma consolidada. |
|  | Movimentação das Despesas por Classificação Institucional, contendo valores individuais e totais por Órgão, Unidade, 3º Nível, Natureza da Despesa e Credores. |
|  | Movimentação das Despesas por Função de Governo, contendo valores individuais e totais por Função, Subfunção, Programa de Governo, Natureza da Despesa e Credores. |
|  | Movimentação das Despesas por Programa de Governo, contendo valores individuais e totais por Programa de Governo, Ação de Governo, Natureza da Despesa e Credores. |
|  | Movimentação das Despesas por Ação de Governo, contendo valores individuais e totais por Tipo da Ação (Projeto, Atividade, Operação Especial), Ação de Governo, Natureza da Despesa e Credores. |
|  | Movimentação das Despesas por Categoria Econômica, contendo valores individuais e totais por Natureza da Despesa, Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Credores. |
|  | Movimentação das Despesas por Fonte de Recursos, contendo valores individuais e totais por Fonte de Recursos, Detalhamento da Fonte, Natureza da Despesa e Credores. |
|  | Movimentação das Despesas por Esfera Administrativa, contendo valores individuais e totais por Esfera, Natureza da Despesa e Credores. |
|  | Movimentação de Arrecadação das Receitas por Natureza da Receita, contendo valores individuais e totais por Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Subalínea e Detalhamento. |
|  | Movimentação de Arrecadação das Receitas por Fonte de Recursos, contendo valores individuais e totais por Natureza da Receita, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Subalínea e Detalhamento. |
|  | Movimentação de Arrecadação das Receitas contendo os valores de Previsão Inicial, Previsão das Deduções, Previsão Atualizada Líquida, Arrecadação Bruta, Deduções da Receita e Arrecadação Líquida. |
|  | Movimentação das Despesas contendo os valores da Dotação Inicial, Créditos Adicionais, Dotação Atualizada, Valor Empenhado, em Liquidação (esta informação deve ser parametrizável pelo administrador do sistema), Valor Liquidado e Valor Pago. |
|  | Movimentação diária de arrecadação das receitas, contendo os valores totais de arrecadação no dia, no mês e no período selecionado. |
|  | Movimentação diária das despesas, contendo os valores totais efetuados no dia, no mês e no período selecionado. |
|  | Data da última atualização dos dados efetuada. |
|  | Itens obrigatórios que o sistema de Licitação deve fornecer ao sistema de Informações em ‘tempo real’ na WEB, para que este permita ao cidadão visualizar as seguintes informações: |
|  | Apresentar os Contratos da Administração Pública com seus aditivos, reajustes, e demais alterações. Permitindo a seleção por finalidade, fornecedor, valor e período. |
|  | Apresentar os Processos Licitatórios e afastados de licitação, permitindo selecioná-los pela modalidade, finalidade, objeto e expedição. |
|  | Apresentar os fornecedores e seus respectivos fornecimentos à unidade gestora, identificando seus contratos e itens fornecidos. |
|  | Apresentar os produtos consumidos e seus respectivos fornecedores e contratos, permitindo selecioná-los produtos e períodos. |
|  | Itens obrigatórios que o sistema de Folha de Pagamento deve fornecer ao sistema de Informações em ‘tempo real’ na WEB, para que este permita ao cidadão visualizar as seguintes informações: |
|  | Visão de informações mínimas de Gestão de Pessoal para atender a lei. |
|  | Servidores, em níveis de visão por Entidade, Período, Secretaria, Departamento, Sessão, Setor, Cargo e Servidor. |
|  | Itens obrigatórios que o sistema de Arrecadação deve fornecer ao sistema de Informações em ‘tempo real’ na WEB, para que este permita ao cidadão visualizar as seguintes informações: |
|  | Valores Arrecadados, em níveis de visão por Natureza da Receita e seus valores. |
|  | Valores Lançados, Período, Tipo de tributo, Descrição do Tributo e seus valores. |
|  | Valores Deduzidos, em níveis de visão por Natureza da Receita e seus valores. |
|  | Valores Arrecadados, em níveis de visão por Fonte de Recurso, Natureza da Receita e seus valores. |
|  | Valores Deduzidos, em níveis de visão por Fonte de Recurso, Natureza da Receita e seus valores. |

**1.5 - Patrimônio Público**

|  |  |
| --- | --- |
|  | Permitir o controle dos bens patrimoniais, tais como os recebidos ou cedidos em comodato a outros órgãos da administração pública e também os alugados pela entidade; |
|  | Possuir gestão de entidades (unidade gestora) de todos os bens cadastrados e que sofram movimentação ao longo de sua vida útil, identificando de forma transparente qual entidade detém a posse do mesmo. |
|  | Permitir ingressar itens patrimoniais pelos mais diversos tipos, como: aquisição, doação, dação de pagamento, obras em andamento, entre outros, auxiliando assim no mais preciso controle dos bens da entidade, bem como o respectivo impacto na contabilidade. |
|  | Permitir a utilização, na depreciação, amortização e exaustão, os métodos: linear ou de quotas constantes e/ou de unidades produzidas, em atendimento a NBCASP; |
|  | Permitir registrar o processo licitatório, empenho e nota fiscal referentes ao item. |
|  | Possibilitar a vinculação entre itens patrimoniais (agregação), de forma que possam ser tratados como um único bem, possibilitando sua desvinculação a qualquer momento; |
|  | Permitir transferência individual, parcial ou global de itens; |
|  | Permitir a escrituração contábil tempestiva das transações de avaliação patrimonial, depreciação, amortização, exaustão, entre outros fatos administrativos com impacto contábil, em conformidade com a NBCASP (integração com setor contábil); |
|  | Permitir o armazenamento dos históricos de todas as operações como depreciações, amortizações e exaustões, avaliações, os valores correspondentes aos gastos adicionais ou complementares, bem como registrar histórico da vida útil, valor residual, metodologia da depreciação, taxa utilizada de cada classe do imobilizado para fins de elaboração das notas explicativas correspondentes aos demonstrativos contábeis, em atendimento a NBCASP; |
|  | Permitir a avaliação patrimonial em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), possibilitando o registro do seu resultado, independente deste ser uma Reavaliação ou uma Redução ao Valor Recuperável; |
|  | Permitir o controle dos diversos tipos de baixas e desincorporações como: alienação, permuta, furto/roubo, entre outros; |
|  | Permitir a realização de inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização inclusive oferecendo a utilização de mecanismo externo para a coleta de informações dos bens patrimoniais (Coletores de Dados) tornando dessa forma o processo de inventário sem intervenção manual/papel; deve permitir configurar os arquivos de importação e exportação que serão utilizados pelo coletor de dados. |
|  | Permitir o registro pelo responsável, da conformidade do inventário; |
|  | Permitir a transferência pela comissão de inventário de bens localizados, mas pertencentes a outro setor, durante o inventário; |
|  | Manter o controle do responsável e da localização dos bens patrimoniais; |
|  | Emitir e registrar Termo de Guarda e Responsabilidade, individual ou coletivo dos bens; |
|  | Permitir que o termo de guarda e responsabilidade possa ser parametrizado pelo próprio usuário, permitindo-lhe selecionar campos a serem impressos bem como selecionar a disposição desses campos dentro do corpo do documento; |
|  | Emitir nota de transferência de bens; |
|  | Permitir que a nota de transferência de bens possa ser parametrizada pelo próprio usuário, permitindo-lhe selecionar campos a serem impressos bem como selecionar a disposição desses campos dentro do corpo do documento; |
|  | Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica; |
|  | Permitir que a etiqueta de controle patrimonial possa ser parametrizada pelo próprio usuário, permitindo-lhe selecionar campos a serem impressos bem como selecionar a disposição desses campos dentro do corpo da etiqueta; |
|  | Manter controle sobre vencimento dos prazos de garantia do fabricante; |
|  | Registrar e emitir relatórios das manutenções preventivas e corretivas dos bens; |
|  | Permitir que em qualquer ponto do sistema um item possa ser acessado tanto pelo seu código interno como pela placa de identificação; |
|  | Disponibilizar consulta com a visão contábil para viabilizar a comparabilidade do controle dos bens com os registros contábeis, apresentando no mínimo a composição do valor bruto contábil (valor de aquisição mais os valores correspondentes aos gastos adicionais ou complementares); do valor líquido contábil (valor bruto contábil deduzido as depreciações/amortizações/exaustões) no período e acumuladas no início e no final do período; |
|  | Emitir relatórios, bem como gerar arquivos, destinados à prestação de contas em conformidade com os Tribunais de Contas; |
|  | Emitir relatório de itens podendo filtrar por entidades. |
|  | Possuir integração em tempo real com a execução das despesas orçamentárias, identificando e solicitando a liquidação ou o “em liquidação” do empenho relacionado à respectiva incorporação do patrimônio, quando este utilizar execução de despesa orçamentária. |

* 1. **– Tesouraria**

|  |  |
| --- | --- |
| 1 | Permitir a configuração do formulário de cheque, pelo próprio usuário, de forma a compatibilizar o formato da impressão com os modelos das diversas entidades bancárias. |
| 2 | Possuir controle de talonário de cheques. |
| 3 | Permitir a emissão de cheques e respectivas cópias. |
| 4 | Conciliar os saldos das contas bancárias, emitindo relatório de conciliação bancária. |
| 5 | Permitir conciliar automaticamente toda a movimentação de contas bancárias dentro de um período determinado. |
| 6 | Possibilitar a geração de Ordem Bancária Eletrônica, ajustável conforme as necessidades do estabelecimento bancário. |
| 7 | Permitir a parametrização de Ordem Bancária Eletrônica para pagamentos de títulos e faturas com código de barras. |
| 8 | Possuir integração com o sistema de arrecadação possibilitando efetuar de forma automática a baixa dos tributos pagos diretamente na tesouraria da entidade. |
| 9 | Possuir total integração com o sistema de contabilidade pública efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria. |
| 10 | Permitir agrupar diversos pagamentos a um mesmo fornecedor em um único cheque. |
| 11 | Permitir a emissão de Ordem de Pagamento. |
| 12 | Permitir que em uma mesma Ordem de Pagamento possam ser agrupados diversos empenhos para um mesmo fornecedor. |
| 13 | Possibilitar a emissão de relatórios para conferência da movimentação diária da Tesouraria. |
| 14 | Permitir a emissão de cheques para contabilização posterior. |
| 15 | Permitir a autenticação eletrônica dos recebimentos e pagamentos realizados pelo Caixa. |
| 16 | Permitir a realização da conciliação bancária das contas de forma manual ou automática. |
| 17 | Permitir o controle de Abertura e Fechamento do Caixa com Autenticadora Mecânica. |
| 18 | Permitir o controle de Requisição e Repasse de valores do Caixa com Autenticadora Mecânica. |
| 19 | Possibilitar a impressão do movimento e do resumo da Autenticadora Mecânica |
| 20 | Assegurar que a Emissão das Ordens Bancárias efetuará uma Reserva Financeira nas contas bancárias envolvidas na operação. |
| 21 | Assegurar que a Geração das Ordens Bancárias efetuará a Devolução da Reserva Financeira das contas bancárias, bem como os pagamentos dos empenhos vinculados a OBE. |
| 22 | Possibilitar o processamento automático dos arquivos de retorno das Ordens Bancária Eletrônicas identificando os registros que foram efetivados e os que foram rejeitados pelo banco. |
| 23 | Assegurar que os registros rejeitados pelo banco tenham a movimentação de estorno do pagamento realizada na contabilidade, quando estes forem relativos a Ordem Bancária Eletrônica. |
| 24 | Possibilitar a visualização e impressão de todos os registros que são gerados através de Ordem Bancária Eletrônica. |
| 25 | Permitir a visualização e impressão de todos os registros que estão contidos no arquivo de retorno bancário gerados por Ordem Bancária Eletrônica. |
| 26 | Permitir a emissão de Ordem Bancária de Transferência para transações que envolvam as contas bancárias de uma mesma entidade. |
| 27 | Permitir a emissão de Cheque de Transferência para transações que envolvam as contas bancárias de uma mesma entidade. |
| 28 | Possibilitar a utilização de Artigo de Caixa para as operações financeiras. |